

**Montcher, Fabien, *Mercenaries of Knowledge. Vicente Nogueira, the Republic of Letters, and the Making of Late Renaissance Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2023, 333 págs.
ISBN: 978-1-009-34048-9**

André Belo

Université Rennes 2

email: andre.belo@univ-rennes2.fr

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6575-740X><https://dx.doi.org/10.5209/chmo.102854>

O livro de Fabien Montcher apresenta, com uma forte ambição historiográfica, uma biografia sociocultural do jurista e erudito heterodoxo português Vicente Nogueira (1586-1654), figura a vários títulos notável do mundo luso-espanhol –e mesmo europeu– da primeira metade do século XVII. Uma das principais virtudes desta obra é contribuir para reconstruir, através do percurso de Nogueira, e para além da famosa “lenda negra”, as conexões muitas vezes olvidadas entre a política e o mundo intelectual ibéricos e a “república das letras” europeia. A fascinante trajetória de Nogueira merecia ser estudada à luz desta perspectiva inovadora e cosmopolita, acompanhada de uma contextualização detalhada dos processos, momentos, lugares e protagonistas com que o cónego português se cruzou.

Ao mesmo tempo, a leitura do livro deixou a quem faz esta resenha um sabor agridoce, para não dizer amargo. Trata-se assim, nestas breves linhas, de reconhecer as qualidades desta obra, mas, também, de identificar nela importantes fragilidades.

Depois de uma introdução em que se apresenta a noção “mercenários do conhecimento” (*mercenaries of knowledge*), que dá título ao livro, a obra estrutura-se em três partes, numa divisão que combina, e bem, um eixo cronológico e outro temático e analítico. A primeira parte aborda os antecedentes familiares e o percurso de Nogueira desde os anos de formação até à inserção na carreira jurídica em Portugal, percurso do qual abdicou em 1618, reconvertendo-se como clérigo e cónego da catedral de Lisboa. A segunda parte inicia-se com o segundo, e mais importante, processo inquisitorial de que Nogueira foi alvo, por sodomia, iniciado em 1630 e que culminou na sua condenação ao degredo; aborda também os primeiros anos nos estados pontifícios (Bolonha e Roma), onde Nogueira desenvolveu atividade como erudito ao serviço de poderosos patronos, nomeadamente o cardeal Francesco Barberini. Enfim, a terceira parte aborda essa mesma atividade, mas no contexto político após 1640 e a afirmação da nova dinastia dos Bragança em Portugal, na qual Nogueira se empenhou, integrando a rede internacional da diplomacia portuguesa, entre Roma, Paris e Lisboa.

As três partes do livro são atravessadas por um mesmo conjunto de perspetivas de interpretação e de noções, que Fabian Montcher elegera como pertinentes para construir o seu objeto. Identifico principalmente três: a caracterização social do homem de letras Vicente Nogueira enquanto “mercenário do conhecimento”; o seu uso político da erudição (da genealogia e da história), assim como dos arquivos e da constituição de bibliotecas (pela activa compra de livros),

noção que Montcher define, de forma convincente, como “bibliopolítica”; e também a ideia de “comunidades emocionais” (a expressão é de Barbara H. Rosenwein), que serve para dar conta de como a homossexualidade de Nogueira, e de outros membros de círculos letrados e nobres, terá estado associada à criação de uma identidade heterodoxa e libertina.

Mas o âmbito da pesquisa vai claramente para além da figura e do percurso do cônego português. A partir desta figura, que considera emblemática, Montcher propõe um retrato de um grupo e de uma geração de eruditos, marcada pela dependência de patronos, mas também pela capacidade para agir. Este retrato colectivo é posto em relação com a história política da primeira metade do século XVII, com os seus momentos de viragem (1618-21 e o fim da “pax hispanica”, a Restauração portuguesa, o tratado de Vestfália).

Vemos bem a ambição da investigação, apoiada numa vasta consulta de fontes portuguesas, espanholas, francesas e italianas, e numa ampla bibliografia. Algumas das melhores páginas do livro resultam do trabalho de contextualização, em que a singularidade de um percurso é entrecidada com lugares, redes sociais e facções políticas: por exemplo, a experiência e as relações adquiridos durante os anos de formação em Madrid, que permitiram a Nogueira fazer depois valer capacidades, não apenas como letrado, mas como fino conhecedor da política cortesã (pp. 27-36). O autor dá assim sentido à trajetória de Nogueira, identificando pontos nodais fundamentais, como o do abandono do serviço da monarquia e da carreira jurídica em Portugal, concretizado em 1618. Montcher relaciona esta inflexão com a ascensão de Olivares e o fim do valimento de Lerma, protetor dos Nogueiras, sugerindo uma articulação entre a perseguição inquisitorial e mudanças na política de corte. Seria como erudito e não como jurista que daí para diante Nogueira se deveria afirmar, encontrando nas ligações com Roma e nas redes transnacionais da “república das letras” uma porta de saída e um refúgio. A Inquisição, associada à perda de poder de patronos influentes, seria assim uma “fábrica da dissensão” (nome do capítulo 3 do livro), levando à precarização de um estatuto e a um “processo de mercenarização” de Nogueira e de outros intelectuais ibéricos.

Mas se a noção de “mercenários do conhecimento” se justifica para este momento preciso, confesso as minhas dúvidas sobre o emprego da noção ao longo de todo o livro e no seu título. A definição é apresentada na introdução de forma relativamente breve e sem uma delimitação clara do grupo social por ela abrangida. Ela tanto parece aplicar-se a momentos específicos de uma trajetória, como a uma definição de grupo sem limites claros, cuja chave sociológica não é clara e parece ficar, tautologicamente, na mão do autor. Montcher sustenta que o uso do termo é legítimo por ser usado pelos próprios “mercenários do conhecimento”, apesar de “não ser necessariamente um elogio” (p. 4). Mas dá-nos um único exemplo de uso do termo, de forma pejorativa aliás, pelo erudito escocês David Colville. Podemos perguntar-nos se é legítimo transformar em categoria de análise uma noção que tinha um sentido negativo para os homens de letras, tendo por trás a ideia de uma motivação venal. Nas suas cartas ao Marquês de Niza, fonte fundamental para esta biografia e abundantemente citada por Montcher (Gonçalves Serafim, *Um diálogo epistolar...*, Lisboa, ed. Afrontamento, 2011), encontramos afirmações fortes de Nogueira de recusa de recompensas monetárias em nome de uma reputação erudita. Parece haver aqui uma violência feita às categorias morais usadas pelos actores históricos, assim como uma redução de complexidade.

Depois, a edição é descuidada em vários aspetos: obras importantes citadas no livro estão ausentes da bibliografia; os nomes em português sofrem de castelhanismos ou erros de transcrição (“Alfonso Yañez” por Afonso Eanes, “Christopher” por Cristóvão, nomes de famílias mal escritos: “Mourais”, “Perreira”, “Carilho”). Mais grave parece ser a incorreta, ou apressada, leitura de fontes portuguesas, da qual Montcher retira conclusões que não resistem à verificação. Pegando no exemplo da citada correspondência com o Marquês de Niza: de uma carta de 1650, enviada por Nogueira, Montcher deduz que em Roma a monarquia espanhola recrutava espões contra os interesses portugueses (p. 180). Ora, a carta de Nogueira refere espias, sim, mas na corte de Lisboa, para onde o Marquês de Niza tinha já regressado de Paris (cf. Gonçalves Serafim, *Um diálogo epistolar...*, cit., p. 353). Noutra passagem (p. 238), o conde de “Ataouiga” [Atouguia] é referido como tendo origens cristãs-novas, o que a carta de Nogueira citada –ou

outras fontes– não permite dizer. Infelizmente, são vários e significativos os erros de leitura de fontes ou de generalização apressada, instalando no leitor uma desconfiança que prejudica o conjunto. O que, tendo em conta a ambição e os vários contributos importantes do livro, é manifestamente uma pena.